REPERCUSSÕES DO DISCURSO DA “*EDUCAÇÃO DE QUALIDADE*”: AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gleyce Kelly dos Santos Leão

FUNDAJ - PE

gleycek98@gmail.com

Cibele Maria Lima Rodrigues

FUNDAJ - PE / Ppgeci (UFRPE/FUNDAJ)

cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende apresentar resultados parciais de uma pesquisa concluída em 2023, que trata dos efeitos nas subjetividades docentes da política centrada na Nova Gestão Pública. O texto a seguir centrará a reflexão em torno da máxima “*Educação de Qualidade*” - enquanto expressão de uma vontade de verdade que se apresenta a partir dos "bons" resultados nas avaliações de desempenho no estado de Pernambuco.

A pesquisa possui metodologia qualitativa (YIN, 2016), com dados construídos de forma virtual no período de agosto a outubro de 2022. Foi usada a revisão bibliográfica de documentação indireta de dados secundários (MARCONI, LAKATOS, 1985). A partir de uma amostragem definida por bola de neve (VINUTO, 2014), foram realizadas seis entrevistas narrativas em profundidade (FÉLIX, 2021) com docentes de português e matemática, analisadas com aproximações da perspectiva da análise do discurso (FOUCAULT, 1996).

As grandes avaliações de desempenho fazem parte do discurso mais amplo do neoliberalismo que propõe, entre outras coisas, a lógica do setor privado para a gestão da coisa pública se apresentando como a "solução" inexorável. Esse ideário se constitui em escala global desde a década de 1980, com a emergência do que conhecemos como Nova Gestão Pública (NGP) (ANDERSON, 1995; LEÃO, 2023; MARQUES, 2020).

Em seu bojo, está a disputa em torno do significante *qualidade da educação* (BALL, 1993) que, nesse caso, passa a significar os bons resultados nas avaliações. Esses exames acabam estabelecidos como parâmetros que atestam a eficiência (ou não) dos sistemas educacionais, e assumem nas três últimas décadas um papel fundamental nas

diretrizes globais das Políticas Educacionais, dando início a um Movimento de Reforma Educacional Global (SAHLBERG, 2015) que elabora uma Agenda Globalmente Estruturada para Educação (AGE) (DALE, 2004).

Considerando esses aspectos, a problemática proposta estabelece uma triangulação teórica entre as *avaliações de desempenho*, o *discurso da qualidade* e a *educação pernambucana*, de modo a compreender como esse discurso tem efeitos na dinâmica escolar, nas políticas educacionais e no trabalho docente.

AVALIAÇÃO E O DISCURSO DA QUALIDADE

Assumimos como ponto de partida a Conferência de Jomtien, Organizada pela Unesco¹ em 1990, que foi um grande marco na popularização do discurso de “universalização” da educação - sob o signo da Educação para Todos. Naquele momento, interdiscursos da defesa da equidade e da qualidade como centrais para as diretrizes das políticas educacionais globais (BALL, 1993); (LEÃO, 2023).

Não por acaso, a educação também vai se tornando uma "mercadoria" no mercado global, e, por conseguinte, passa a fazer parte da agenda da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), que inicia o discurso já presente nos organismos internacionais (BALL, 2001). Esse discurso dialoga com as teorias do Capital Humano que postulam teses sobre a relação entre educação e desenvolvimento econômico.

Nesse debate, interessa, no âmbito do presente trabalho, o discurso da *Educação de Qualidade*, que, a partir desse referencial é sustentado nos princípios da eficácia e eficiência. A *eficácia* refere-se ao modelo de gestão fundamentado por pressupostos econômicos, relacionado a prestação de contas entre o dinheiro investido e os serviços oferecidos. Já a *eficiência* diz respeito ao estabelecimento de metas de desempenho pelas políticas nacionais, estaduais e municipais aferidas a partir de grandes avaliações padronizadas (SARAIVA; DE FÁTIMA SOUZA, 2020).

Tais avaliações desconsideram os contextos nos quais estão inseridas as "escolas", as condições de trabalho, dentre outros fatores. As políticas, reformadas nos moldes da NGP, são produzidas nos países do *norte global* e exportadas transnacionalmente para

¹ Para mais informações sobre a conferência, consultar: <https://www.unicef.org/brazil/>

países com maiores desigualdades sociais nos quais o direito à educação não se consolidou minimamente, como é o caso do Brasil. Impõem parcerias com os organismos multilaterais, sob a égide do discurso em torno de alcançar um padrão ideal para a uma pretensa “educação de qualidade” (VERGER; PARCERISA; FONTDEVILLA, 2018).

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Pernambuco, desde o final da década de 1990, empreende uma série de iniciativas de governo para aderir à Nova Gestão Pública, no governo estadual de Jarbas Vasconcelos. Em 2023 regularizou o Programa Pernambucano de Modernização da Gestão Pública (PROGESTÃO/PE), que teria como finalidade de "reformular" e "modernizar" a máquina pública, em busca da orientação de métricas numéricas para alcançar a qualidade (DUARTE, 2019),

Mas foi a gestão de Eduardo Campos do PSB (Partido Socialista Brasileiro) que, em 2007, aprofundou essa reforma, sobretudo, a partir de um empréstimo e pacto com o Banco Mundial - que estabelecia as metas. Nesse momento, a educação passa a funcionar com base na *Política de Responsabilização Educacional* que cria o Bônus de Desempenho Educacional (BDE), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE) e ainda o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE) (OLIVEIRA; VIEIRA, 2014).

A adoção de tal "sistema de controle" seguiu o exemplo de estados como São Paulo e Minas Gerais que eram governados por partidos diferentes, inclusive com a contratação da mesma consultoria². Mostra como tais políticas se tornaram discursos dominantes que atravessam as diferentes matizes políticas - atingindo uma espécie de consenso ou vontade de verdade, no sentido foucaultiano. Os diferentes mecanismos que reforçam sua as condições de possibilidade de sua existência (VERGER; PARCERISA; FONTDEVILLA, 2018).

Nesse ínterim, o próprio governo Lula, na gestão do Ministro Haddad, criou o IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica), mesmo tendo sido o governo que mais investiu em políticas para redução das desigualdades, educação do campo, indígena,

² A consultoria do **Centro** de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed/**UFJF**), ligado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, e, não por acaso, a consultoria também atuou no Ministério da Educação no governo Temer para direcionar o Programa Novo Mais Educação para servir aos resultados das provas (BARBOSA; RODRIGUES, 2020).

a educação sua perspectiva mais ampla. A ambiguidade demonstra a força do discurso das avaliações e sua relação com o PISA da OCDE (VILANI; OLIVEIRA, 2018).

No caso de Pernambuco, as avaliações são parte do resultado do IDEPE que se assemelha ao exame nacional, funcionando a partir da combinação de resultados do SAEPE nas disciplinas de português e matemática e do fluxo escolar (média de aprovações). Opera como uma versão regional, para atestar a “qualidade” da educação no estado, sendo recompensado pelo BDE, que é uma bonificação monetária sobre o cumprimento de metas.

Nesse processo, as docentes entrevistadas demonstram nas narrativas a introjeção do discurso que coloca os resultados nas avaliações como significado de qualidade que se materializam do discurso neoliberal na *biopolítica de controle do modo de ser docente* (FOUCAULT, 2008) (FOUCAULT, 2016).

No entanto, também existem entre elas, uma percepção de injustiça quando as avaliações não consideram os limites dos contextos e o "esforço" realizado nas escolas. E ainda, de forma sutil, um tom crítico para esse cenário, uma vez que cita tensões e cobranças em torno desses resultados, mas que "têm que ser feito, infelizmente”.

O processo de responsabilização individual - que opera de forma positiva quando existem bons resultados e de forma opressora quando os resultados não são satisfatórios. Também inclui nas falas a competição entre as escolas - introjetando os valores do neoliberalismo. Dentre os mecanismos se destaca que a escola toda se mobiliza em torno das avaliações: “**mobiliza praticamente em todas as esferas**”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as narrativas docentes, é possível concluir que o ciclo de monitoramento e controle fomenta nas professoras a crença de pertencimento a um "sistema" que estabelece parâmetros de qualidade. Por outro lado, existem posicionamentos que desnaturalizam a ideia de que os resultados das avaliações são grandes diagnósticos sobre a qualidade da educação escolar. Mas mesmo criticando sucumbe ao sistema. Os efeitos desse discurso também são contraditórios, de um lado, provoca uma mobilização em prol de um objetivo em comum e responsabilização individual por tais resultados. Por outro lado, é um mecanismo que fomenta a competição

ou a performatividade. Mas todos se curvam aos ditames do discurso da *busca por resultados para alcançar melhores posições* nas avaliações de desempenho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.

BALL, Stephen J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. **The Australian Journal of Education Studies**, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993.

DUARTE, Alexandre William Barbosa. A nova gestão pública na educação em Minas Gerais e Pernambuco: as políticas, os atores e seus discursos. 2019.

FÉLIX, Jeane. Entrevistas on-line ou algumas pistas de como utilizar bate-papos virtuais em pesquisas na educação e na saúde. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 133-152, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Ciências sociais e sociologia. **Sociologia geral**, v. 7, 1985.

LEÃO, Gleyce. **Para além da busca por resultados: o discurso da nova gestão pública e a construção da subjetividade docente**. 2023. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Culturas e Identidades, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2023.

MARQUES, Luciana Rosa. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. VIEIRA, Livia Fraga. **Trabalho na educação básica em Pernambuco**. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, 2014.

SARAIVA, Ana Maria Alves; DE FÁTIMA SOUZA, Juliana. A FORMAÇÃO DOCENTE E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: uma agenda focada na performatividade dos professores e na eficácia escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 1, p. 129-147, 2020.

VERGER, Antoni; PARCERISA, Lluís; FONTDEVILA, Clara. Crescimento e disseminação de avaliações em larga escala e de responsabilizações baseadas em testes:

uma sociologia política das reformas educacionais globais. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 27, n. 53, p. 60-82, 2018.

VILLANI, Marialuisa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1343-1362, out./dez. 2018.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Penso Editora, 2016.